

EXERCICIO DE 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exmo(s) Associados

Nos termos da lei e dos estatutos, submetemos à apreciação de V.Exas, o Relatório de Gestão, o Balanço e documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

É com natural satisfação que as apresentamos, todas as atividades programadas decorreram normalmente durante o exercício correspondendo às expectativas dos nossos clientes e colaboradores, alcançando assim os objetivos pretendidos.

Quanto a resultados financeiros, não foram os desejados, apesar duma gestão rigorosa a instituição, no que se refere a resultado liquido, apresenta um prejuízo de 150.643,06€ que contrapõe com o resultado negativo de 50.868,94€ verificado no ano transato.

Este resultado negativo explica-se com o aumento dos custos correntes de funcionamento: Energia, outros serviços, pessoal e ainda diminuição de outros rendimentos.

Este aumento dos custos verifica-se também pelo grau de dependência dos nossos utentes ser cada vez mais acentuado, levando a um reforço das equipas de prestação de serviços.

Apesar dos resultados negativos a Direção deliberou não utilizar o donativo concedido pela Fundação Joseph Fernandes, atendendo à finalidade deste donativo.

Com a situação muito desfavorável a execução do orçamento de 2017 é complexa e difícil de cumprir o que nos leva uma vez mais a pedir a colaboração de todos quantos acreditam no trabalho que a APCM vem desenvolvendo.

Atendendo às dificuldades constatadas é preocupação desta Direção encontrar outras formas de financiamento, para que não haja diminuição da qualidade dos serviços prestados e no sentido de colmatar os deficits presentes e futuros.

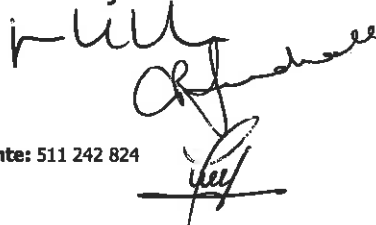
Terminamos realçando e agradecendo a boa colaboração de todos aqueles que se empenharam para que a nossa Associação funcione bem, proporcionando um melhor serviço e qualidade de vida aos nossos clientes.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direção apresenta à deliberação dos associados a seguinte proposta de aplicação de resultados.

Que o resultado apurado no exercício de 2016 no montante de 150.643,06€ negativos seja transferido para reservas.

A Direção da APCM



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados:

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e dar o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pela Direcção da APCM – Associação de Paralisia Cerebral da Madeira relativamente ao período findo em 31 de Dezembro de 2016.

Ao longo do exercício, acompanhámos regularmente a actividade da Associação, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e dos estatutos da Instituição.

A Direcção e os Serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações de que necessitámos.

O Relatório de Gestão explana, com suficiente clareza, a evolução das atividades durante o exercício.

Consideramos que o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo satisfazem os preceitos legais e estatutários, e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do período.

Os critérios valorimétricos adotados na preparação das contas são os constantes do Anexo.

Foram cumpridas as formalidades legais quanto à prestação de contas e fiscalização da Instituição.

Face ao que antecede somos de parecer que:

- a) Aproveis o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao período findo a 31 de Dezembro de 2016;
- b) Aproveis a proposta da Direcção sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Funchal, 10 de Abril de 2017

O Conselho Fiscal,

Luciana Maria Correia Azeiteiro de Sousa

Associação de Paralisia Cerebral da Madeira

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro
2016

R. F. F. F.
1
1

Conteúdo

1. Caracterização da entidade	3
2. Referencial contabilístico	3
2.1. Enquadramento	3
3. Principais políticas contabilísticas	3
3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	3
5. Ativos fixos tangíveis.....	4
5.1. Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas	4
5.2. Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período	4
5.3. Reconciliação da quantia escriturada.....	4
9. Rédito.....	5
9.1. Divulgar	5
9.2. Quadro.....	5
11. Subsídios do Governo	6
11.1. Divulgação.....	6
14. Capital próprio	6
14.1. Divulgações	6
14.2. Quadro1	6
15. Divulgações exigidas por diplomas legais	6
15.1. Divulgações	6
16. Outras Informações.....	6
16.1. Decomposição dos diferimentos.....	6
16.2. Decomposição das rubricas de Estado e outros Entes Públicos.....	6
16.3. Decomposição das rubricas de outras contas a receber.....	7
16.4. Decomposição das rubricas de outras contas a pagar	7
16.5. Decomposição dos gastos com fornecimentos e serviços externos.....	7
16.6. Decomposição dos gastos com o pessoal	7
16.7. Decomposição de outros rendimentos e gastos.....	8
16.8. Decomposição de gasto líquido de financiamento.....	8
16.9. Decomposição da rubrica dos fundos patrimoniais.....	8
16.10. Decomposição das rubricas de caixa e depósitos bancários.....	8
17.1. Balanço	9
17.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas	11
18. Declaração do órgão de gestão	12

ANEXO

EXERCÍCIO DE 2016

1. Caracterização da entidade

- 1.1. **Designação:** Associação de Paralisia Cerebral da Madeira é uma Associação beneficência humanitária com o NIF.511242824;
- 1.2. **Sede:** Caminho do Pico do Funcho, 58, freguesia de São Martinho, 9000-501 Funchal;
- 1.3. **Natureza da atividade:** A APCM – Associação de Paralisia Cerebral da Madeira tem por objeto, a prevenção, habilitação, participação, inclusão social, e apoio à família da pessoa com paralisia cerebral, situações neurológicas afins e outras;
- 1.4. **CAE (Código e designação):** 87302 e 88102 - Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com e sem alojamento;

2. Referencial contabilístico

2.1. Enquadramento

2.1. O referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras é o instituído pelo Decreto-Lei n.º 36 - A/2011, de 9 de Março (sistema de normalização para entidades do sector não lucrativo);

2.2. Os valores constantes das demonstrações financeiras respeitantes ao exercício de 2016, são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

- a) As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o critério base, do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação de Paralisia Cerebral da Madeira.

b) Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

c) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao custo (entendido como a quantia nominal dos direitos contratuais envolvidos), sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

d) Locações

A entidade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal.

e) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias, Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela entidade. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento **correspondente**. De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

f) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

g) Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

5. Ativos fixos tangíveis

5.1. Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

Os ativos fixos tangíveis da entidade encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade. As despesas com manutenção conservação e reparação são reconhecidas como gastos no exercício em que ocorrem de acordo com o regime de acréscimo.

As depreciações destes ativos, iniciam-se no exercício em que o respetivo bem entra em funcionamento e são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas fiscais definidas pela legislação, pois considera-se que representam satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

Nos edifícios e outras construções a depreciação incide sobre o valor de aquisição incluindo impostos, despesas de escritura e registos deduzidos de 25 por cento, valor do terreno, que não é depreciable.

5.2. Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período

5.3. Reconciliação da quantia escriturada

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edif. Out. Construções	Equipament o Básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
-----------	------------------------------	------------------------	---------------------	---------------------------	----------------------------	------------	--------------	--------------------------------	-------

2015	Quantia bruta escriturada inicial	5.421.754,55	523.903,32	185.920,73	82.258,36	28.149,91	6.241.986,87
	Depreciações acumuladas iniciais	-,00	673.184,34	521.157,20	173.598,97	77.306,77	1.469.093,14
	Quantia líquida escriturada inicial	4.748.570,21	2.746,12	12.321,76	4.951,59	4.304,05	4.772.893,73
	Adições no período	14.118,35	2.316,10		319,52		16.753,97
	Depreciações	115.208,77	1.754,90	12.321,72	672,78	1.291,80	131.249,97
	Alienações / Abates						
	Quantia líquida escriturada final	4.647.479,79	3.307,32	0,04	4.598,33	3.012,25	4.658.397,73
2016	Quantia bruta escriturada inicial	5.435.872,90	526.219,42	185.920,73	82.577,88	28.149,91	6.258.740,84
	Depreciações acumuladas iniciais	788.393,11	522.912,10	185.920,69	77.979,55	25.137,66	1.600.343,11
	Quantia líquida escriturada inicial	4.647.479,79	3.307,32	0,04	4.598,33	3.012,25	4.658.397,73
	Adições no período	17.144,51			1.616,01		18.760,52
	Depreciações	116.936,82	1.163,33	0,02	1.047,14	1205,48	120.3525,79
	Alienações / Abates						
	Quantia líquida escriturada final	4.547.687,48	2.143,99	0,02	5.167,20	1.806,77	4.556.805,46

9. Rédito

9.1. Divulgar

a) O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

i) O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber e reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- (1) O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- (2) É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- (3) Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

9.2. Quadro

Conta	Classificação	2016	2015
71	Vendas		
72	Prestações de serviços	236.567,38	237.587,76
7814	Royalties		
791	Juros obtidos	8.009,13	14.209,01
792	Dividendos obtidos		
	TOTAL	244.570,51	251.796,77

11. Subsídios do Governo

11.1. Divulgação

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a entidade irá cumprir com as condições associadas à correspondente atribuição.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um ativo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo, neste âmbito no exercício de 2016 foi registado o valor de -104458,20 em 2015 foi registado o valor de -104458,20.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas neste âmbito no exercício de 2016 foi registado o valor de -914814,16 em 2015 foi registado o valor de -888515,98.

14. Capital próprio

14.1. Divulgações

14.3. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço, para além das referidas anteriormente.

14.2. Quadro1

	Descrição	Saldo inicial 2015	Aument os	Diminuiç es	Saldo final 2015	Aument os	Diminuiç es	Saldo final 2016
51	Capital/ Fundos							
52	Ações (quotas) próprias							
53	Outros instrumentos de capital próprio							
54	Prémios de emissão							
55	Reservas	516.868,94			516.868,94			516.868,94
56	Outras reservas	-76.289,49		28705,66	-104.995,15		50.868,94	-155.864,09
59	Outras variações no capital próprio	4.771.280,19		104458,20	4.666.821,99	2820,00	104.458,20	4.565.183,79

15. Divulgações exigidas por diplomas legais

15.1. Divulgações

Não aplicável

16. Outras Informações

16.1. Decomposição dos diferimentos

Conta	Descrição	2016	2015
281	Gastos a reconhecer	5.715,79	4.622,09
282	Rendimentos a reconhecer		
TOTAL		5715,79	4.622,09

16.2. Decomposição das rubricas de Estado e outros Entes Públicos

Conta	Descrição	2016	2015
-------	-----------	------	------

24111	IRC - Pagamento por Conta		
24112	IRC - Pagamento Especial por Conta		
2412	Retenções na fonte		
2417	IRC - Imposto a Recuperar		
2437	IVA - A Recuperar		
2438	IVA - Reembolsos pedidos		
TOTAL ATIVO			
2413			
2416	IRC - Imposto a Pagar		
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	(5.608,77)	(9.131,88)
2436	IVA - A pagar		
245	Contribuições para a Segurança Social	(37451,29)	(35.292,54)
2487	Fundos de Compensação	(85,55)	(123,26)
TOTAL PASSIVO		(43.145,61)	(44.547,68)

16.3. Decomposição das rubricas de outras contas a receber

Conta	Classificação	2016	2015
23	Pessoal		2.200,00
2721	Devedores por acréscimos de rendimentos		5.523,28
2788	Outros Devedores	1926,85	1.607,59
TOTAL		1.926,85	9.330,87

16.4. Decomposição das rubricas de outras contas a pagar

Conta	Classificação	2016	2015
23	Pessoal		
271	Fornecedores de investimento		
2722	Credores por acréscimos de gastos	141.976,33	138.519,03
278	Outros credores	77.373,44	68.999,57
TOTAL		219.349,77	207.518,60

16.5. Decomposição dos gastos com fornecimentos e serviços externos

Conta	Classificação	2016	2015
621	Subcontratos		
622	Trabalhos especializados	48.561,39	46.543,40
623	Materiais	6.172,14	6.807,23
624	Energia e fluídos	69.211,6	65.077,66
625	Deslocações, estadas e transportes	269,33	23,30
626	Serviços diversos	65.819,26	51.148,33
620	Específico da atividade	55.640,46	55.223,80
TOTAL		245.674,18	224.823,72

16.6. Decomposição dos gastos com o pessoal

Conta	Classificação	2016	2015
631	Remunerações dos Órgãos sociais		
632	Remunerações do pessoal	869.522,82	825.191,92
633	Benefícios pós-emprego		
634	Indemnizações	708,10	1.354,91
635	Encargos sobre remunerações	178.028,6	147.409,95
636	Seg. acidentes trabalho e doenças profissionais	13.697,05	3.844,27
637	Gastos de ação social	1.450	

Handwritten signatures and initials:
 - A large signature: "R. F. ..."
 - A signature: "J. ..."
 - A signature: "J. ..."
 - A signature: "J. ..."

638	Outros gastos com pessoal		655,00
TOTAL		1.063.406,57	978.456,05

16.7. Decomposição de outros rendimentos e gastos

Conta	Classificação	2016	2015
681	Impostos		
683	Dívidas incobráveis		
688	Outros	(6492,55)	(7.260,00)
691	Juros Suportados		
692	Diferenças de câmbio desfavoráveis		
6988	Outros	(117,96)	(271,87)
TOTAL		(6.610,51)	(7.531,87)
781	Rendimentos suplementares		
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	31,46	1.128,21
786	Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
788	Outros	125.978,86	149.773,04
791	Juros obtidos	8.009,13	14.209,01
798	Outros		
TOTAL		134.019,45	165.110,26

16.8. Decomposição de gasto líquido de financiamento

Conta	Classificação	2016	2015
6911	Juros de financiamentos obtidos		(21,33)
6921	Diferenças de câmbio desfavoráveis		
6981	Outros gastos e perdas de financiamento obtidos		
TOTAL			(21,33)
7915	Juros de financiamentos obtidos		
TOTAL			

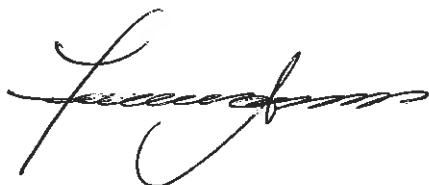
16.9. Decomposição da rubrica dos fundos patrimoniais

Conta	Classificação	2016	2015
51	Fundos		
55	Reservas	516.868,94	516.868,94
56	Resultados transitados	(155.864,09)	(104.995,15)
59	Outras variações	4.565.183,79	4.666.821,99
818	Resultado líquido do período	(150.643,06)	(50.868,94)
TOTAL		4.775.545,58	5.027.826,84

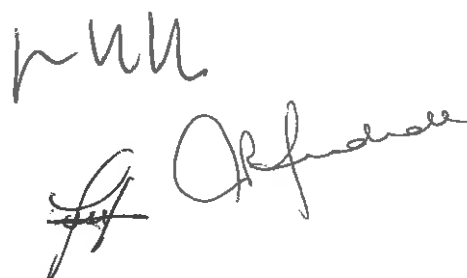
16.10. Decomposição das rubricas de caixa e depósitos bancários

Conta	Classificação	2016	2015
11	Caixa	7417,47	2.992,01
12	Depósitos à ordem	57483,27	97.844,86
13	Outros depósitos bancários	406808,31	476.415,28
TOTAL		471.709,05	577.252,15

O Contabilista Certificado



Direção



17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

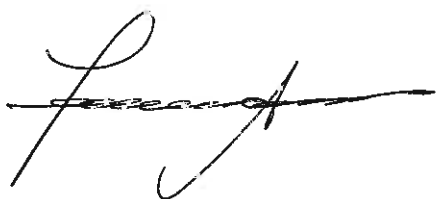
17.1. Balanço

Associação de Paralisia Cerebral da Madeira

BALANÇO Dezembro 2016

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis.....		4.556.805,46	4.658.397,73
Propriedades de investimento.....			
Ativos intangíveis.....			
Investimentos financeiros.....		2.138,55	1.121,96
Acionistas/sócios.....			
		4.558.944,01	4.659.519,69
Ativo corrente:			
Inventários.....			
Clientes.....		2.808,16	554,10
Adiantamentos a fornecedores.....		686,10	458,40
Estado e outros entes públicos.....			
Acionistas/sócios.....			
Outras contas a receber.....		1.926,85	9.330,87
Diferimentos.....		6.465,79	4.622,09
Outros ativos financeiros.....		25.603,33	46.417,62
Caixa e depósitos bancários.....		471.709,05	577.252,15
		508.199,28	638.635,23
Total do Ativo		5.068.143,29	5.298.154,92




17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

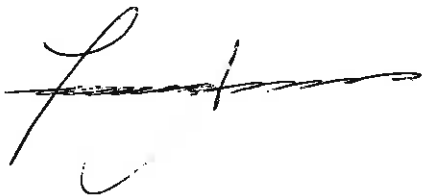
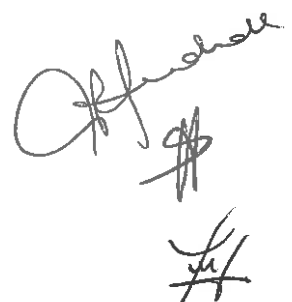
17.1. Balanço

Associação de Paralisia Cerebral da Madeira

BALANÇO Dezembro 2016

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis.....		4.556.805,46	4.658.397,73
Propriedades de investimento.....			
Ativos intangíveis.....			
Investimentos financeiros.....		2.138,55	1.121,96
Acionistas/sócios.....			
		4.558.944,01	4.659.519,69
Ativo corrente:			
Inventários.....			
Clientes.....		2.808,16	554,10
Adiantamentos a fornecedores.....		686,10	458,40
Estado e outros entes públicos.....			
Acionistas/sócios.....			
Outras contas a receber.....		1.926,85	9.330,87
Diferimentos.....		6.465,79	4.622,09
Outros ativos financeiros.....		25.603,33	46.417,62
Caixa e depósitos bancários.....		471.709,05	577.252,15
		508.199,28	638.635,23
Total do Ativo		5.068.143,29	5.298.154,92

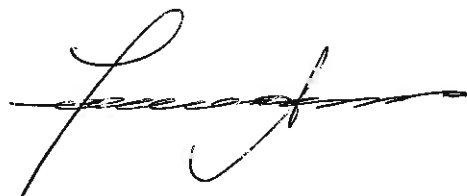
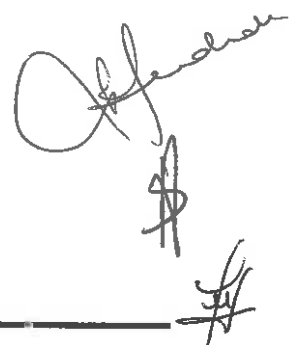
Associação de Paralisia Cerebral da Madeira

BALANÇO
Dezembro 2016

Montantes expressos em Euro

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
CAPITAL PRÓPRIO/FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Capital próprio/fundos patrimoniais:			
Capital realizado/fundos.....			
Ações (quotas) próprias.....			
Outros instrumentos de capital próprio.....			
Prémios de emissão.....			
Reservas legais.....		516.868,94	516.868,94
Outras reservas.....			
Resultados transitados.....		(155.864,09)	(104.995,15)
Excedentes de revalorização.....			
Outras variações no capital próprio.....		4.565.183,79	4.666.821,99
		4.926.188,64	5.078.695,78
Resultado líquido do período.....		(150.643,06)	(50.868,94)
Total do capital próprio/fundos patrimoniais		4.775.545,58	5.027.826,84
Passivo:			
Passivo não corrente			
Provisões.....			
Financiamentos obtidos.....			
Outras contas a pagar.....			
Passivo corrente			
Fornecedores.....		30.102,33	18.261,80
Adiantamentos de clientes.....			
Estado e outros entes públicos.....		43.145,61	44.547,68
Acionistas/sócios.....			
Financiamentos obtidos.....			
Diferimentos.....			
Outras contas a pagar.....		219.349,77	207.518,60
Outros passivos financeiros.....			
		292.597,70	270.328,08
Total do passivo		292.597,70	270.328,08
Total do Capital Próprio e do Passivo		5.068.143,29	5.298.154,92

17.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas

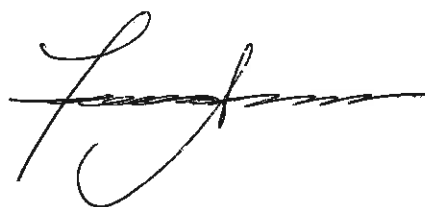
Associação de Paralisia Cerebral da Madeira

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Dezembro 2016

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....		236.567,38	237.587,76
Subsídios à exploração.....		914.814,16	888.515,98
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....			
Fornecimentos e serviços externos.....		(245.674,18)	(224.823,72)
Gastos com o pessoal.....		(1.063.406,57)	(978.456,05)
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....			
Outras imparidades (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos e ganhos.....		134.019,45	165.110,26
Outros gastos e perdas.....		(6.610,51)	(7.531,87)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(30.290,27)	80.402,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....		(120.352,79)	(131.249,97)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(150.643,06)	(50.847,61)
Juros e rendimentos similares obtidos.....			
Juros e gastos similares suportados.....			(21,33)
Resultado antes de impostos		(150.643,06)	(50.868,94)
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		(150.643,06)	(50.868,94)

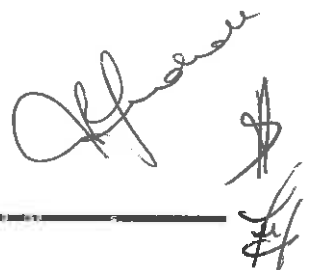



18. Declaração do órgão de gestão

A direção de Associação de Paralisia Cerebral da Madeira reconhece que é da nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da entidade, o resultado das operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros e irregularidades.

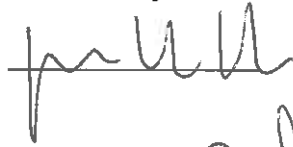
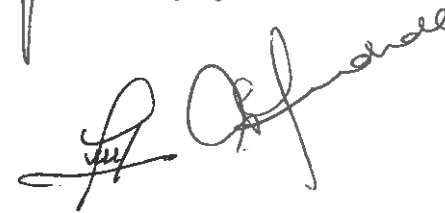
Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e é nossa convicção, que:

- Pusemos à vossa disposição todos os registos contabilísticos e respetivos suportes documentais e outros, assim como toda a correspondência relevante e as atas de todas as reuniões dos sócios e dos órgãos sociais e comissões.
- As demonstrações financeiras não se encontram afetadas por erros ou omissões materialmente relevantes.
- Todas as operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados.
- Estão registados todos os ativos de que a entidade é titular e não existem acordos ou opções de recompra, ónus ou quaisquer outros encargos sobre os mesmos, para além dos divulgados e do vosso conhecimento.
- Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de imobilizações, resultantes de progresso tecnológico, de condições de mercado e as que existem de forma devidamente consideradas nas demonstrações financeiras.
- Registámos e divulgamos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, assim como todas as garantias prestadas nos terceiros.
- Para além das constantes das demonstrações financeiras, não há quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados.
- Não há acordos com instituições financeiras envolvendo compensação de saldos ou restrições de movimentação de dinheiro ou linhas de crédito ou acordos similares.
- É completa a informação que vos foi prestada sobre a identificação das partes em relação de dependência e sobre os respetivos saldos e transações.
- Para além do que está divulgado não se verificam acontecimentos subsequentes ao fecho das contas que requeiram ajustamento ou divulgação nas notas.
- Não temos projetos ou intenções que de uma forma significativa possam afetar os saldos ou a classificação de ativos e de passivos constantes das demonstrações financeiras.



- A entidade cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.
- Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros vencidos até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas.
- Não se verificam irregularidades envolvendo a direção, diretores ou empregados, que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.
- Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer e afetem a continuidade das operações estão cobertas por seguros contratados por capitais suficientes.
- Foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras.

A DIREÇÃO

Luís Miguel Soares da Costa

ACTA NÚMERO VINTE E DOIS

Aos vinte e sete de Abril de dois mil e dezasseite, na sede da Associação de Paróquia Cerebral da Madeira, no Edifício "Quinta Pedagógica do Povo do Funcho", reuniu a Assembleia Geral com o seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação do relatório de contas do exercício de 2016.
2. Análise do Relatório e parecer do Conselho Fiscal sobre o relatório e contas.
3. Aprovação das contas do exercício 2016.
4. Outros assuntos.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral, verificando estarem cumpridas todas as formalidades legais e estatutárias, declarou aberta a sessão e dirigiu os seus cumprimentos aos associados presentes. Passando à apreciação do relatório de contas do exercício de 2016 - ponto número um da ordem de trabalhos - foi lido o relatório de gestão e prestados todos os esclarecimentos solicitados.

Em seguida foi analisado o relatório e parecer do Conselho Fiscal sobre o relatório e contas, após o que foram postas à votação as contas do exercício de 2016. Foram aprovadas por unanimidade as contas do exercício de 2016.

Com relação a "outros assuntos" nada

